



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

**MINUTA - CPL**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2020**  
**(Processo SEI n.º 0001001-55.2020.6.15.8000)**

**CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA**  
**30 (TRINTA) VEÍCULOS DA FROTA DO TRE/PB**

**Recebimento de propostas: a partir da data de publicação do aviso no D.O.U.**

**Abertura das propostas: 04/06/2020 às 14h00min**

**(Horário de Brasília/DF)**

**Endereço eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).**

**AVISOS**

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame..

Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, consoante disposto no art. 53 do Decreto n. 10.024, de 20/09/2019.

DÚVIDAS	
No horário de expediente do TRE/PB:	Das 12h00 às 19h00 (segunda à quinta-feira) Das 07h00 às 14h00 (sexta-feira)
Telefones:	(83) 3512-1280 / 1281 / 1282
E-mail:	<a href="mailto:cpl@tre-pb.jus.br">cpl@tre-pb.jus.br</a>

## PREÂMBULO

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, através do Pregoeiro(a) designado pela **Portaria n.º 09/2020, publicada em 05/05/2020**, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO, MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, no regime de empreitada por preço global, objetivando a contratação do **SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA 30 (TRINTA) VEÍCULOS DA FROTA DO TRE/PB**, mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

O presente certame será processado e julgado nos termos da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000 (alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20/12/2000, 3.784, de 06/04/2001), do Decreto n.º 10.024, de 20/09/2019, do Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013 (alterado pelos Decretos n.º 8.250, de 23/05/2014 e n.º 9.488, de 30/08/2018), da Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006 (alterada pela Lei Complementar n.º 147 de 07/08/2014), regulamentada pelo Decreto 8.538, de 06/10/2015, da Instrução Normativa n.º 05 – MPDG, de 26/maio/2017, da Resolução CNJ n.º 270, de 11/12/2018, e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666, de 21/06/93.

A sessão pública será realizada por meio do Sistema de Compras do Governo federal, disponível no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e operada pelo Pregoeiro(a), através do sistema **"PREGÃO ELETRÔNICO"**, no dia **04/06/2020, às 14h00min (horário de Brasília/DF)**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no 3.º andar do edifício-sede deste Órgão, situado na Avenida Princesa Isabel, 201, Tambiá, João Pessoa/PB, CEP: 58.020-528.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

### 1.0 – DO OBJETO

1.0 – A presente licitação tem por objeto a contratação do **SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA 30 (TRINTA) VEÍCULOS DA FROTA DO TRE/PB**, de acordo com as especificações e quantitativo, que constam dos Anexos I e II do presente edital e demais condições gerais deste edital.

### 2.0 – DOS ANEXOS

2.1 – Além deste edital, integram o presente instrumento as seguintes peças:

2.1.1 – o **Anexo I** – "Termo de Referência e Apêndices";

2.1.2 – o **Anexo II** – "Especificações e Quantitativos";

2.1.3 – o **Anexo III** – "Minuta do contrato";

2.1.4 – o **Anexo IV** – "Modelo de declaração de cumprimento do disposto no art. 3.º da Resolução n.º 07 do CNJ";

2.1.5 – o **ANEXO V** – "Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no artigo 4.º da Resolução n.º 156/2012 do CNJ".

### 3.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas que:

3.1.1 – estejam devidamente CADASTRADAS no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), da **Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital**, do **Ministério da Economia**, de acordo com o art. 26, do Decreto n.º 10.024/2019;

**3.1.2 – encaminhem, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, indicada no preâmbulo deste Edital;**

3.1.2.1 – a etapa de que trata o item 3.1.2 será encerrada com a abertura da sessão pública;

3.1.2.2 – as empresas licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicafe, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema;

3.1.2.3 – o envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no **item 3.1.2**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

- 3.1.2.4 - a empresa licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;
- 3.1.2.5 - a falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 3.1.2.6 - as empresas poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 3.1.2.7 - na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela empresa, observado o disposto no **item 3.1.2**, não haverá ordem de classificação das propostas;
- 3.1.2.8 - os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- 3.1.2.9 - os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de até duas horas, contadas da solicitação do pregoeiro no sistema;
- 3.1.3 - manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, bem como que a proposta está em conformidade com o exigido no instrumento convocatório;
- 3.2 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, que desejarem participar do certame com os benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão manifestar sua intenção em campo próprio do sistema eletrônico;;
- 3.3 - Não será admitida a participação de empresas:
- 3.3.1 - em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, salvo se apresentar a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, ou decisão judicial que a desobrigue da apresentação da certidão negativa, ou, ainda, comprove a capacidade econômico-financeira da empresa (conforme jurisprudência do STJ no Resp. n.º 1173735/RN.T4 e no AgRg na MC n.º 23.499/RS.T2, do TCU no Acórdão n.º 8.271/2011 – 2.ª Câmara e da AGU no Parecer 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, exarado no Processo n.º 00407.000226/2015-22);
- 3.3.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (Acórdão TCU n.º 842/2013 – Plenário) ou que tenham sido declaradas inidôneas (art. 87, IV da Lei n.º 8.666/93) ou impedidas (art. 7.º da Lei n.º 10.520/02), desde que não tenham logrado reabilitação;
- 3.3.3 - reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição (conforme jurisprudência do TCU, acórdão n.º 2.898/2012 – Plenário, a vedação à participação de consórcio nesta licitação prende-se ao fato de que esta não envolve questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que as empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital);
- 3.3.4 - estrangeiras que não funcionem no país;
- 3.3.5 - cooperativas.
- 3.4 - Não será admitida a participação de instituições sem fins lucrativos que não atendam ao estabelecido nas disposições contidas nos artigos 12 e 13 da IN nº 05/2017 – SG/MPDG.**

#### **4.0 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

- 4.1 - As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o CREDENCIAMENTO no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que também será requisito obrigatório para fins de habilitação:
- 4.1.1 - o credenciamento no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;
- 4.1.2 - o credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica;
- 4.1.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.1.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.1.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.2 - A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

## 5.0 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta será encaminhada **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, até as **14h00min do dia 04 de junho de 2020** (horário de Brasília), deverá conter:

5.1.1 - a **especificação do serviço** no campo "**Descrição Detalhada Do Objeto Ofertado**", em conformidade com o Anexo I – "Termo de Referência" e nos termos do **Anexo II** – "Especificações e Quantitativos".

5.1.2 - o **VALOR TOTAL DO GRUPO (SOMATÓRIO DOS VALORES DOS PRÊMIOS), limitado a 2 (dois) dígitos após a vírgula**, no qual se presumem inclusos todos os custos que incorram ou venham a incorrer sobre o objeto licitado, inclusive, impostos, taxas, fretes, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, observando o **preço máximo admitido**, estabelecido no item **7.26** deste edital;

5.1.2.1 - caso o valor total e/ou os valores unitários decorrentes do preço total proposto contenham mais de duas casas após a vírgula, **as casas decimais excedentes serão desconsideradas pelo pregoeiro, ainda que seja reduzido o preço total do Item/Grupo**, sendo esta alteração considerada uma negociação para fins do disposto no item **7.28** deste edital.

5.1.3 - **não serão aceitas propostas para o Grupo em que não haja oferta de preço para qualquer de seus itens constituintes; ou seja, é necessária a cotação de preços para todos os itens do respectivo Grupo;**

**5.1.4 – Os valores ofertados deverão ser isentos de IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro), em que pese a natureza deste Tribunal enquanto órgão da administração direta da União, consoante artigo 2.º, § 3.º do Decreto n.º 6.306/2007.**

5.1.5 - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet*, caso o item não possua o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas nos descritivos constantes do "Termo de Referência" (Anexo I);

**5.1.6 – APÓS A FASE DE LANCES, a licitante vencedora deverá apresentar a proposta contendo os custos decorrentes da execução contratual, na forma dos ITENS 1.0 e 2.0 do Anexo II deste Edital;**

5.2 - Ainda no momento de elaboração e envio da proposta o licitante deverá declarar virtualmente, em campo próprio disponibilizado no sistema eletrônico:

5.2.1 – o pleno conhecimento e cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.2.2 – a inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, bem como a ciência da obrigatoriedade de noticiar ocorrências posteriores;

5.2.3 – que não infringe a proibição do art. 7.º, XXXIII, da Constituição (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93);

5.2.4 – que elaborou a proposta de forma independente;

5.2.5 – Se for o caso, o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como a aptidão para usufruir o tratamento diferenciado estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.3 - O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contado da data da abertura da sessão pública;

5.3.1 - caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período;

5.4 - Não serão permitidas ofertas parciais, em relação ao quantitativo total estimado fixado para o ITEM;

5.5 - A licitante deverá emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do contrato;

5.6 - Quaisquer tributos, despesas e custos diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão presumidos como inclusos nos preços, e não serão admitidos como pleitos de acréscimos, a qualquer título.

5.7 - O encaminhamento da proposta de preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações e operações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

5.8 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, as que forem omissas e aquelas que apresentarem irregularidades, alternativas ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

5.9 - O licitante apresentará preço global, nele inclusas as despesas diretas e indiretas, tais como: mão de obra, transporte, alimentação, impostos, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e comerciais, e taxas que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços.

5.10 - As propostas contendo a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 6.0 – DA HABILITAÇÃO

6.1 - A habilitação do licitante será verificada mediante:

- a) consulta "**on line**" ao **SICAF**, constatando-se a sua regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão de Regularidade de Tributos Federais), Fazenda Municipal (Certidão de Regularidade), Seguridade Social (Certidão de Regularidade – CND) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade – CRF);
- b) apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa válida (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, podendo-se fazer consulta "**on line**" ao sítio do **TST**;
- c) apresentação da certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de **90 (noventa) dias** da data prevista para abertura da licitação;
- d) apresentação de Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com os dados do responsável pela informação atestada, comprovando que a licitante realizou serviços com características semelhantes aos especificados neste edital. A seu critério, o órgão poderá fazer diligências para comprovação do conteúdo dos atestados. Não serão aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais ou internet;
- d.1) os atestados de capacidade deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- e) apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral –LG, Liquidez Corrente –LC, e Solvência Geral –SG superiores a 1 (um);
- e.1) Somente será necessária a apresentação da documentação prevista no item "d", nas hipóteses de impossibilidade de verificação automática via SICAF, dos índices de Liquidez Geral –LG, Liquidez Corrente –LC, e Solvência Geral –SG superiores a 1 (um), de empresas com menos de um ano de exercício social ou ainda, de empresas com mais de um exercício, que não apresentarem valores no grupo EXIGÍVEL;
- e.2) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total anual estimado da contratação.
- f) declaração de cumprimento do disposto no **art. 3.º da Resolução do CNJ n.º 07, de 18 de outubro de 2005**, com a redação dada pela Resolução n.º 09/20051, e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea "a" do Enunciado Administrativo n.º 012, podendo ser utilizado o modelo em anexo;
- g) declaração de cumprimento ao disposto no **artigo 4.º da Resolução do CNJ n.º 156 de 08 de agosto de 2012**, podendo ser utilizado o modelo em anexo;
- 6.1.1 - caso a licitante pretenda fornecer o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, desde logo, o CNPJ para consulta "**on line**" ao **SICAF**.
- 6.1.2 - após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**
- 6.1.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicafe, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.
- 6.1.4 - sendo verificado que algum dos documentos exigidos encontra-se vencido ou não conste no **SICAF**, será admitida a sua apresentação, no prazo estipulado no item 6.1.2.
- 6.1.5 - a proposta de preços final e os documentos de habilitação, constantes dos arquivos e registros digitais no Sistema Comprasnet, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, em conformidade com o art. 8º, §1º do Decreto 10.024/2019.
- 6.1.5.1 - todos os documentos enviados ficarão à disposição dos demais licitantes no Sistema Comprasnet para que, desejando analisá-los, possam acessar diretamente pelo sistema.
- 6.1.6 - será admitida a comprovação de regularidade jurídica e fiscal através da Internet, por meio de consulta "**on-line**" efetuada pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio.
- 6.2 - Os documentos relativos à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deverão estar válidos na data de abertura das propostas, ressalvado o disposto no item 7.38.
- 6.3 - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste pregão, deverão apresentar toda a documentação exigida neste capítulo para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1**É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

**2**As vedações constantes dos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 07, de 18 de outubro de 2005, abrangem o parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e o parentesco por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau, do cônjuge ou companheiro dos membros e juízes vinculados ao Tribunal.

## 7.0 – DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1 - A partir da data e do horário previsto no preâmbulo deste edital, terá início a sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade, verificando a compatibilidade do preço cotado e a conformidade da descrição dos bens ofertados com as exigências do edital e seus anexos, sob pena de desclassificação.

7.1.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.1.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.2 - Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase de lances, quando então os licitantes poderão encaminhá-los, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

**7.7 - Os lances serão ofertados pelo VALOR TOTAL DO GRUPO (SOMATÓRIO DOS VALORES DOS PRÊMIOS);**

7.8 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

7.10 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.11 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.15 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante que o houver ofertado.

7.18 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade dos licitantes, não lhes cabendo pleitear qualquer alteração.

7.19 - Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir lance de valor considerado inexequível.

**7.20 - Cabe aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios decorrente da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.**

7.21 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.22 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.23 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.24 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.24.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.24.1.1 - prestados por empresas brasileiras;

7.24.1.2 - prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.1.3 - prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.25 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.26 - Considera-se **preço excessivo**, para fins de desclassificação, aquele que superar o valor médio de mercado pesquisado pelo TRE/PB, conforme tabela abaixo:

GRUPO G1					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	CATSER	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
01	<p><b>CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO TRE/PB, COMPOSTA DE 30 (TRINTA) VEÍCULOS DE DIVERSAS MARCAS, MODELOS E ANOS DE FABRICAÇÃO, TODOS EM CONDIÇÕES NORMAIS DE USO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO) E OBSERVADO O SEGUINTE:</b></p> <p>1. A empresa seguradora deverá indenizar este Tribunal pelos prejuízos causados aos veículos e seus ocupantes, independentemente de culpa do motorista, nos casos descritos nos itens a seguir:</p> <p>1.1. Acidentes de trânsito;</p> <p>1.2. Incêndio ou explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;</p> <p>1.3. Roubo ou furto, incluindo-se os danos causados por terceiros;</p> <p>1.4. Perda, quebra ou extravio das chaves dos veículos;</p> <p>1.5. Cobertura total dos vidros;</p> <p>1.6. Queda acidental em locais elevados ou em declive e de qualquer objeto externo sobre o veículo;</p> <p>1.7. Chuvas, raios e suas consequências, submersão total ou parcial do veículo em água, represada ou proveniente de enchentes ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados em subsolo.</p> <p>2. Em caso de sinistro com perda total, a seguradora deverá indenizar o Tribunal com base no valor constante da Tabela FIPE.</p> <p>3. Serviços que serão cobertos, obrigatoriamente pela contratada:</p> <p>3.1. Remoção dos ocupantes do veículo acidentado sem restrição a limite de quilometragem;</p> <p>3.2. Despesas com hospedagem dos ocupantes, caso se encontrem fora do local de destino ou da Sede do TRE e que não possam regressar por compromissos inadiáveis, a exemplo de congressos, correições, ou, ainda, motivado pelo horário da ocorrência;</p> <p>3.3. Remoção em caso de falecimento;</p> <p>3.4. Transportes para recuperação do veículo;</p> <p>3.5. Remoção do veículo, em caso de pane ou acidente, por meio de guincho, sem limite de quilometragem.</p> <p>4. Em caso de morte ou invalidez permanente, a Seguradora deverá garantir a indenização:</p>	SERV	01	22764	40.126,23

	<p>a) do motorista;</p> <p>b) dos passageiros do veículo segurado e,</p> <p>c) dos terceiros envolvidos, quando comprovada a culpa do condutor do veículo deste Regional.</p> <p>5. Franquia reduzida</p> <p>5.1. A franquia considerada não é a obrigatória, no entanto, deverá ser observado o seguinte:</p> <p>a) a franquia não deverá ser objeto exclusivo de classificação das propostas que deverão ser avaliadas especialmente em função dos preços propostos (prêmio);</p> <p>b) O Tribunal deverá pagar a franquia quando o dano for causado no seu veículo segurado e o valor do conserto ultrapassar o preço da dedução previamente estipulada, independentemente da responsabilidade do TRE/PB. O Tribunal não pagará o valor da franquia quando o dano ocorrer em veículo de terceiro.</p> <p>6. Assistência – a empresa contratada deverá oferecer assistência 24 (vinte e quatro) horas, em todo território nacional.</p> <p>7. Importância segurada: 100% dos valores constantes da Tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.</p> <p>8. O valor mínimo para cobertura:</p> <p>8.1 Colisão/Incêndio/Roubo/Furto : 100 % Valor referência Tabela FIPE;</p> <p>8.2 - Danos Materiais RCFV: R\$ 100.000,00;</p> <p>8.3 - Danos Corporais RCFV: R\$ 30.000,00;</p> <p>8.4 - Morte acidental/Invalidez permanente: R\$ 30.000,00;</p>				
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO 01 (R\$)</b>					<b>40.126,23</b>

7.26.1 - Considera-se preço manifestamente inexequível, para fins de desclassificação, aquele que o licitante não comprove a sua viabilidade, quando contestada.

7.26.1.1 - Considerando os termos da Súmula TCU n.º 262/2010 e Resolução n.º 114/2010/CNJ, será oportunizado ao licitante que apresentar proposta com valores inferiores, de acordo com o disposto no item 7.26.1 deste edital, de demonstrar a exequibilidade da sua proposta;

7.27 – Caso a proposta mais bem classificada não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5(cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada originalmente em primeiro lugar, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto do respectivo GRUPO do pregão;

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no caput deste subitem, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para a oferta final do desempate;

d) havendo êxito neste procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação dos licitantes para fins de aceitação; não havendo êxito ou não existindo microempresas e empresas de pequeno porte participantes, prevalecerá a classificação inicial.

7.28 – Na hipótese em que nenhum dos licitantes exerça o direito de preferência previsto no item **7.27**, prevalecerá o resultado inicialmente apurado após a fase de lances.

7.28 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7.30 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30.1- O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, **via e-mail ou chat**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.31 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, observados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital.

7.32 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.33 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.33.1 - A apresentação de novas propostas na forma do item **7.33** não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7.34 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.35 - Sendo aceitável a proposta de menor valor, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao SICAF, para comprovar a regularidade do licitante, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

7.36 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, caso o(s) documento(s) se encontre(m) vencido(s) ou não conste(m) no SICAF, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.37 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019. Para casos de microempresas ou empresas de pequeno porte, o prazo será aquele disposto no item **7.38**.

7.38 - Na forma do artigo 43, § 1.º, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.39 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará a inabilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7.40 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.41 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.42 - Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o pregoeiro negociará, pelo sistema eletrônico, diretamente com o licitante, objetivando a obtenção de melhor preço, conforme item 7.28.

7.43 - Constatado o atendimento das exigências habilitatórias fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida, os autos à autoridade competente para homologação.

7.44 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

7.45 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**7.46 - A proposta de preços final e os documentos de habilitação, constantes dos arquivos e registros digitais no Sistema Comprasnet, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, em conformidade com o art. 8º, §1º do Decreto 10.024/2019.**

7.46.1 - Somente mediante autorização expressa do Pregoeiro, em caso de indisponibilidade do Sistema Comprasnet, será aceito o envio de documentação através do e-mail cpl@tre-pb.jus.br;

7.46.2 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Caso sejam solicitados, os originais ou cópias autenticadas deverão ser enviados no prazo de até 10 dias, para o seguinte endereço:

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba  
Comissão Permanente de Licitação  
Avenida Princesa Isabel, 201 – Tambiá

## 8.0 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 - Esta licitação é do tipo **MENOR PREÇO**, em estrita observância do disposto no art. 7.º do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências e condições deste edital.

8.3 - Será considerada mais vantajosa para a Administração e, consequentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **MENOR VALOR TOTAL DO GRUPO (SOMATÓRIO DOS VALORES DOS PRÊMIOS)**;

## 9.0 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

9.1 - A solicitação de esclarecimento a respeito de condições do edital deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, até o **3.º (terceiro) dia útil** que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública, **exclusivamente**, por meio eletrônico, via Internet.

9.1.1 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

9.2 - Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente instrumento convocatório, **exclusivamente**, por meio eletrônico, via Internet.

9.3 - O endereço eletrônico para pedidos de esclarecimento, bem como para impugnações ao edital é: [cpl@tre-pb.jus.br](mailto:cpl@tre-pb.jus.br).

9.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação ou responder o pedido de esclarecimento formulado, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, podendo, quando for o caso, solicitar auxílio do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência ou da Assessoria Jurídica do TRE/PB.

9.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.5 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

9.6 - Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

9.7 - As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), no link: Comprasnet SIASG / Gestor Público / Consultas / Compras Governamentais / Pregões / Agendados – Código UASG do TRE/PB: 070009. O fornecedor poderá visualizar também no Portal Transparência deste Tribunal, no sítio [www.tre-pb.jus.br](http://www.tre-pb.jus.br), no link: " [transparencia / gestao-de-contratacoes](#) ".

9.8 - Decairá do direito de impugnar, perante o TRE/PB, os termos do edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

## 10.0 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma **imediata e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar a intenção de recorrer, quando, aceita a intenção pelo pregoeiro, lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões de recurso, também em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

10.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.2.1 - Para possibilitar o exercício da manifestação da intenção de recorrer, o pregoeiro manterá a respectiva tela aberta aos licitantes pelo período mínimo de 30 (trinta) minutos, a contar da habilitação do último ITEM.

10.3 - Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão em **5 (cinco) dias úteis** ou, nesse período, encaminhá-los ao Presidente, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.4 - Os recursos **imotivados** ou em desacordo com as condições estabelecidas neste edital não serão aceitos.

10.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

**11.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados na Proposta Orçamentária de 2020, Programa de Trabalho 167648, Elemento de Despesa 339039, Plano Interno ADM SEGURO, alocados no orçamento deste Tribunal para o exercício 2020.

**12.0 – DO CONTRATO**

12.1 – Homologado o julgamento, o licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme art. 64, §1º, da Lei n.º 8.666/93, sob pena das sanções legais previstas neste edital.

12.1.1 – Se o vencedor não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou se recusar a assiná-lo, injustificadamente, a ele serão aplicadas às sanções cabíveis e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, podendo ainda haver negociação direta para obtenção de melhor preço;

12.2 – O Contrato observará a minuta que constitui o Anexo III do presente edital e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n.º 10.520/2002, regulamentada pelo **Decreto 10.024/2019**, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no que couber, e ainda pela Lei n.º 8.078/90.

12.2.1 – Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste pregão, bem como as condições estabelecidas neste edital, independentemente de transcrição.

12.3 – Para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4.º da IN RFB n.º 1.234/2012, o licitante vencedor deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar à Administração, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da citada Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

12.3.1 – A Administração anexará a 1ª (primeira) via da declaração de que trata o item 12.3 ao processo ou à documentação que deu origem ao pagamento, para fins de comprovação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a 2ª (segunda) via ser devolvida ao interessado como recibo.

12.3.2 – No caso de pagamento decorrente de contratos de prestação de serviços continuados, a declaração a que se refere o item 12.3 deverá ser anexada ao processo ou à documentação que deu origem ao 1º (primeiro) pagamento do contrato, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, à Administração, qualquer alteração na situação declarada nos Anexos de que trata o item 12.3.

12.3.3 – A declaração de que trata o item 12.3 poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**13.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR**

13.1 – O(s) licitante(s) vencedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a:

13.1.1 - informar, no prazo de **24** (vinte e quatro) **horas**, contado a partir da adjudicação do objeto do certame, mediante correspondência eletrônica para [cpl@tre-pb.jus.br](mailto:cpl@tre-pb.jus.br), o seguinte:

13.1.1.1 - dados bancários da licitante: banco, agência e número da conta-corrente;

13.1.1.2 - dados da pessoa indicada para assinar o Contrato (nome constante do registro civil e/ou o nome social, quando houver), cargo ou função, número da identidade, número do CPF/MF, endereço, telefone e e-mail);

13.2 – prestar o serviço objeto deste pregão de acordo com o Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico n.º 12/2020;

13.2.1 - A empresa contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro; 13.2.2 - O prazo de execução dos serviços em caso de ocorrência de sinistro ou acidente é de no máximo 30 (trinta) dias;

13.2.3 - A seguradora deverá emitir as apólices de seguro no máximo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do contrato;

13.2.4 - A empresa licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada;

13.3 - manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PB que tomar conhecimento em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

- 13.4 – oferecer garantia, substituir, reparar o(s) serviço(s) com avarias ou defeitos, garantido o contraditório e a ampla defesa ;
- 13.5 – indenizar qualquer dano ou prejuízo causado ao TRE/PB, ainda que involuntariamente, por ação ou omissão no desempenho de suas tarefas;
- 13.6 – não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da Administração;
- 13.7 - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outros, ainda que não previstos no contrato, resultante da execução do objeto desse certame;
- 13.8 – responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o(s) serviço(s) seja(m) executado(s) nas dependências da CONTRATANTE, tais como: seguros, impostos, tarifas, fretes etc.;
- 13.9 – emitir nota fiscal com o mesmo número de CNPJ do estabelecimento (matriz ou filial) que cadastrou a proposta no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br);
- 13.10 – aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões contratuais, nos termos do art. 65, § 1.º, da Lei n.º 8.666/93;
- 13.11 – manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na fase habilitatória desse processo licitatório.

#### **14.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1 - A Administração poderá aplicar ao licitante as penalidades previstas no artigo 49, do Decreto n.º 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, no que couber.
- 14.2 - Com fundamento no artigo 49, do Decreto n.º 10.024/2019, ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), sobre o valor total da contratação, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:
- 14.2.1 - não assinar o contrato;
- 14.2.2 - não entregar a documentação exigida no edital;
- 14.2.3 - apresentar documentação falsa;
- 14.2.4 - não mantiver a proposta;
- 14.2.5 - comportar-se de modo inidôneo;
- 14.2.6 - declarar informações falsas; e
- 14.2.7 - cometer fraude fiscal.
- 14.3 - Para os fins do item 14.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.
- 14.4 - As penalidades estabelecidas nestas cláusulas deverão ser registradas no SICAF;
- 14.5 - As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade da Administração cobrar do licitante indenização por eventuais perdas e danos.

#### **15.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 15.1 - Após a declaração do(s) vencedor(es) da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que, posteriormente, será submetido à homologação pelo Ordenador de Despesas (Secretário de Administração e Orçamento);
- 15.1.1 - no caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao(s) mesmo(s), a autoridade incumbida da decisão adjudicará o objeto licitado;
- 15.2 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PB. Serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 15.3 - O pregoeiro poderá, em qualquer fase da sessão pública deste Pregão Eletrônico, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, suspender os trabalhos, ocasião em que efetuará o registro dessa suspensão.
- 15.4 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

15.4.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item 15.4**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.5 - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

15.6 - A Administração poderá revogar a licitação somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado, nos termos do artigo 50 do Decreto n.º 10.024/2019;

15.7 - A anulação do procedimento deste edital, por motivo de ilegalidade, induzirá a da contratação, o que não obrigará o TRE/PB a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no item 15.9.

15.8 - A declaração de nulidade da contratação, originada por este edital, opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

15.9 - A nulidade não exonera o TRE/PB do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que esta houver executado, até a data em que ela for declarada e por outros danos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, e de apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15.10 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que o tendo aceito sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

15.11 - A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições.

15.12 - A empresa classificada em primeiro lugar se obriga a comunicar qualquer alteração de endereço do seu estabelecimento a este Tribunal, sob pena de decair do direito à contratação ou de incorrer em inexecução contratual, conforme o caso.

15.13 - O pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

15.14 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento.

15.15 - O adjudicatário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65, § 1.º, da Lei n.º 8.666/93.

15.16 - Os autos do respectivo processo administrativo SEI (**n.º 0001001-55.2020.6.15.8000**) que originou este edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação.

15.17 - Será verificado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TRE/PB junto ao SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, quando da emissão da Nota de Empenho em favor do adjudicatário, a consulta prévia ao **CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal**, na forma do art. 6.º da Lei n.º 10.522/2002.

15.18 - O extrato de aviso desta licitação estará publicado no DOU – Seção 3 –, no Jornal da Paraíba e no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), no qual poderá ser realizado o download da íntegra do edital. Informações adicionais poderão ser prestadas pela Comissão Permanente de Licitações, através dos telefones (83) 3512-1280/1281, nos horários de funcionamento do Órgão, de segunda a quinta-feira das 12h00 às 19h00 e na sexta-feira das 07 às 14 horas, ou ainda, pelo e-mail: [cpl@tre-pb.jus.br](mailto:cpl@tre-pb.jus.br).

15.19 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e ou apresentação de documentação/proposta relativa à presente licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

João Pessoa (PB), 20 de maio de 2020.

**ANDREZA ALVES GOMES**  
**PREGOEIRO(A)**



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 20/05/2020, às 17:57, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0720792** e o código CRC **427585D9**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

## **TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS Nº 04 / 2020 - TRE-PB/PTRE/DG/SAO/COSEG/SETRAN**

João Pessoa, 19 de fevereiro de 2020.

### **1 – OBJETO**

1.1 Objetivando garantir a prestação dos serviços de seguro para a frota de veículos desta Egrégia Corte e com a obrigação em zelar e preservar o patrimônio público, entendemos ser de suma importância a contratação de seguro total para os veículos, evitando, assim, maiores prejuízos ao Erário decorrentes de sinistro, furto, roubo, incêndio, dentre outros eventos.

1.2. A contratação deverá incluir, também, seguros pessoais em relação a terceiros com vistas a resguardar este Tribunal de possíveis indenizações, em consequência de sinistros.

### **2 – JUSTIFICATIVA**

2.1. Objetivando unificar todos os contratos de seguros automotivos, garantindo a prestação dos serviços da frota de veículos desta Egrégia Corte e com a obrigação em zelar e preservar o patrimônio público, entendemos ser de suma importância a contratação de seguro total para os veículos, evitando, assim, maiores prejuízos ao Erário decorrente de sinistro, furto, roubo, incêndio, dentre outros eventos.

2.2. A contratação deverá incluir, também, seguros pessoais em relação a terceiros com vistas a resguardar este Tribunal de possíveis indenizações, em consequência de sinistros.

Segue abaixo a tabela contendo todos os seguros vigentes:

Processo SEI	Contrato	Empresa	Nº veículos	Valor em R\$	Vencimento
6509-50.2018	03/2017	Porto Seguro	09	7.000,00	18.01.2021
8685-02.2018	09/2018	Porto Seguro	04	5.844,16	26.03.2020
1500-73.2019	24/2017	SURA S.A	06	5.361,90	23.07.2020
3361-94.2019	35/2017	MAPFRE	07	3.700,00	16.10.2020
10244-91.2018	06/2019	MAPFRE	04	8.190,00	07.03.2020

2.3 – A partir da contratação objeto do presente Termo de Referência, os contratos de seguro remanescentes em vigor deverão serem cancelados.

### **3 – EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Clóvis de Oliveira Filho

Michelle Batista Lira

Mário César Delgado Régis

### **4 - NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS OU A AQUISIÇÃO A SEREM CONTRATADOS, DE ACORDO COM A SUA NATUREZA:**

4.1 Lei Federal nº **8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos), de 21 de junho de 1993;

4.2 Lei Federal nº **10.520/02** (Instituto do Pregão), de 17 de julho de 2002;

4.3 Decreto-Lei nº 73/66 de 21 de novembro de 1966 e suas alterações;

4.4 Decreto-Lei nº 60.459/67 (Regulamento do Decreto-Lei 73/66 de 13 de março de 1967;

4.5 Circulares SUSEP nº 256/04 (alterada pelas circulares SUSEP nº 270, nº 278/04 e nº 269/04);

4.6 Circulares SUSEP nº 269/04 (com as modificações introduzidas pelos Decretos-lei nº 168, de 15 de fevereiro de 1967, e nº 296, de 28 de fevereiro de 1967).

4.6 Decreto nº 10.024/2019, Art. 14, inciso II

## **5 – ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO**

5.1 Atualmente, o Tribunal Regional Eleitoral possui 05 contratos de seguro de automotivo para cobertura da frota de veículos oficiais deste Tribunal, o que demanda tempo para realizar o planejamento, pagamento de apólices bem como a fiscalização contratual, demandando tempo e força de trabalho excessivo. A concentração de todos os seguros em uma única apólice facilitará o seu acompanhamento e acarretará diminuição dos custos.

## **6 – CARACTERÍSTICAS E USO DA FROTA**

6.1. Os veículos são utilizados no transporte de autoridades, servidores e materiais a todas as regiões do Estado da Paraíba, em virtude de existência de unidades instaladas do Litoral ao Sertão e, em casos excepcionais, em outros estados da Federação.

6.2. Todos os veículos possuem logotipo do TRE/PB;

6.3. Todos os veículos possuem placa oficial;

6.4. Todos os veículos possuem rastreamento via satélite.

## **7 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

7.1. A empresa seguradora deverá indenizar este Tribunal pelos prejuízos causados aos veículos e seus ocupantes, independentemente de culpa do motorista, nos casos descritos nos itens a seguir:

7.1.1. Acidentes de trânsito;

7.1.2. Incêndio ou explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

7.1.3. Roubo ou furto, incluindo-se os danos causados por terceiros;

7.1.4. Perda, quebra ou extravio das chaves dos veículos;

7.1.5. Cobertura total dos vidros;

7.1.6. Queda acidental em locais elevados ou em declive e de qualquer objeto externo sobre o veículo;

7.1.7. Chuvas, raios e suas consequências, submersão total ou parcial do veículo em água, represada ou proveniente de enchentes ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados em subsolo.

7.2. Em caso de sinistro com perda total, a seguradora deverá indenizar o Tribunal com base no valor constante da Tabela FIPE.

7.3. Serviços que serão cobertos, obrigatoriamente pela contratada:

7.3.1. Remoção dos ocupantes do veículo acidentado sem restrição a limite de quilometragem;

7.3.2. Despesas com hospedagem dos ocupantes, caso se encontrem fora do local de destino ou da Sede do TRE e que não possam regressar por compromissos inadiáveis, a exemplo de congressos, correições, ou, ainda, motivado pelo horário da ocorrência;

7.3.3. Remoção em caso de falecimento;

7.3.4. Transportes para recuperação do veículo;

7.3.5. Remoção do veículo, em caso de pane ou acidente, por meio de guincho, sem limite de quilometragem.

7.4. Em caso de morte ou invalidez permanente, a Seguradora deverá garantir a indenização:

a) do motorista;

b) dos passageiros do veículo segurado e,

c) dos terceiros envolvidos, quando comprovada a culpa do condutor do veículo deste Regional.

7.5. Franquia reduzida

7.5.1. A franquia considerada não é a obrigatória, no entanto, deverá ser observado o seguinte:

a) a franquia não deverá ser objeto exclusivo de classificação das propostas que deverão ser avaliadas especialmente em função dos preços propostos (prêmio);



b) O Tribunal deverá pagar a franquia quando o dano for causado no seu veículo segurado e o valor do conserto ultrapassar o preço da dedução previamente estipulada, independentemente da responsabilidade do TRE/PB. O Tribunal não pagará o valor da franquia quando o dano ocorrer em veículo de terceiro.

7.6. Assistência – a empresa contratada deverá oferecer assistência 24 (vinte e quatro) horas, em todo território nacional.

7.7. Importância segurada: 100% dos valores constantes da Tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

7.8. O valor mínimo para cobertura:

7.8.1 Colisão/Incêndio/Roubo/Furto : 100 % Valor referência Tabela FIPE;

7.8.2 - Danos Materiais RCFV: R\$ 100.000,00;

7.8.3 - Danos Corporais RCFV: R\$ 30.000,00;

7.8.4 - Morte acidental/Invalidez permanente: R\$ 30.000,00;

## **8 – DO HISTÓRICO DE OCORRÊNCIA DE SINISTROS**

Sem ocorrências de sinistros (Eventuais substituições de para brisa)

## **9. DO RECOLHIMENTO E UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS**

9.1 - Todos os veículos do TRE/PB são conduzidos por servidores do quadro efetivo do Tribunal e por motoristas terceirizados e, quando do recolhimento, estes permanecem em estacionamento próprio, pertencente ao Tribunal, com vigilância diuturna por empresa contratada e, quando em viagem a serviço, fora da Capital e de nossa jurisdição ficam, os veículos, guardados dentro das unidades em que há espaço para estacionamento ou no local onde pernoitar o condutor oficial em serviço.

## **10. DA VISTORIA**

**10.1** - A empresa poderá vistoriar os veículos da frota do TRE/PB, nos locais e horários a serem combinados e agendados com o responsável pela Seção de Transportes, através do telefone (83) 3512-1211.

10.2 - Caso a seguradora concorrente não realize a vistoria, este fato não será motivo para não assumir todas as obrigações pertinentes ao objeto da licitação.

## **11. DO ENDOSSO**

**11.1** Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pelo TRE/PB e processada pela seguradora, mediante endosso.

## **12. VIGÊNCIA DA APÓLICE**

12.1. A vigência da cobertura securitária será de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do contrato;

12.2. Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº 8.666/93, a vigência poderá ser prorrogada por períodos iguais e sucessivos, até o limite de sessenta meses.

## **13. OBSERVAÇÕES GERAIS**

13.1. A empresa contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro;

13.2. O prazo de execução dos serviços em caso de ocorrência de sinistro ou acidente é de no máximo 30 (trinta) dias;

13.3. A seguradora deverá emitir as apólices de seguro no máximo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do contrato;

13.4. A empresa licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada;

13.5. Os valores ofertados à contratação deverão ser isentos de IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro), em que pese a natureza deste Tribunal enquanto órgão da administração direta da União, consoante artigo 2º, § 3º do Decreto nº 6306/2007.

#### 14. DO CANCELAMENTO DO SEGURO

14.1 – O presente seguro somente poderá ser cancelado ou rescindido, total ou parcialmente, excetuados os casos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observadas as seguintes condições:

- a) Na hipótese de rescisão da proposta da contratante, a contratada reterá, além dos emolumentos, o prêmio calculado proporcionalmente ao prazo decorrido;
- b) Se por iniciativa da contratada, esta reterá o prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido.

#### 15 . DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados na Proposta Orçamentária de 2020, Elemento de Despesa 33903969, Plano Interno AOSA SEGURO, alocados no orçamento deste Tribunal para o exercício 2020.

#### 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

16.2 – A recusa injustificada do adjudicatário em retirar a Nota de Empenho ou assinar o contrato, se for o caso, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

16.3 - Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 16.4 e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019.

16.4 - Com fundamento no art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, a Contratada que:

- 16.4.1 - não assinar o contrato;
- 16.4.2 - não entregar a documentação exigida no edital;
- 16.4.3 - apresentar documentação falsa;
- 16.4.4 - causar o atraso na execução do objeto;
- 16.4.5 - não manter a proposta;
- 16.4.6 - falhar na execução do contrato;
- 16.4.7 – fraudar a execução do contrato;
- 16.4.8 – comportar-se de modo inidôneo;
- 16.4.9 - declarar informações falsas; e
- 16.4.10 - cometer fraude fiscal.

16.5. Para os fins do item 16.4.8, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

16.6 - A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

16.6.1 – **multa moratória** de:

16.6.1.1 – 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência de 10 (dez) dias;

16.6.1.2 – Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação da **multa compensatória**, prevista no item 16.4, sem prejuízo da aplicação da **multa moratória** limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

16.7 – As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 16.1.

16.8 – Apenas a aplicação das penalidades de advertência e multa moratória, **não** necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação;

16.9 - As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

16.10 - A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

16.11 - O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

16.12 - O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

16.13 – As penalidades estabelecidas nesta cláusula deverão ser registradas no SICAF.

16.14 - As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

## 17 . CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

17.1 - O contrato poderá ser rescindido nos casos e condições previstos na seção V, do capítulo III, da Lei 8.666/93.

João Pessoa, 19 de fevereiro de 2020

Clóvis de Oliveira Filho  
Membro da Equipe de Planejamento

Michelle Batista Lira  
Membro da Equipe de Planejamento

Mário César Delgado Régis  
Membro da Equipe de Planejamento

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 04/2020 - SETRAN

Seq.	Marca / Modelo	Placa	Especificações	Ano Modelo de fabricação	Classe Bônus Apólice Atual	Renavam	Código Tabela FIPE
01	Ford Focus SEDAN	OFX- 4030	Focus Sedan GLX 2.0 16V 4P, na cor preta, a gasolina/etanol (Flex),com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player	2012/2013	03	500476888	3225-5
02	Ford Focus SEDAN	OFX- 4020	Focus Sedan GLX 2.0 16V 4P, na cor preta, a gasolina/etanol (Flex),com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag	2012/2013	03	500476357	3225-5

			motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player				
03	Ford	OGD-6214	Ranger XLS C.D. 3.2 – veículo a diesel(S10 ou S50) na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, vidros elétricos e cd playe	2013/2013	04	542548526	3364-2
04	Ford	NPV-0572	Ranger XLT C.D. 3.0 – veículo a diesel na cor branca, com direção hidráulica, ar condicionado, vidros elétricos e cd player	2011/2012	05	46226818	3296-4
05	Volkswagen	MOI-7544	Voyage 1.6 MI 8V – veículo Flex na cor preta, com direção hidráulica, ar-condicionado, vidros elétricos e cd playe	2008/2009	06	118972596	5282-5
06	Fiat Doblô	JKO-7331	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	02	525055967	1352-8
07	Fiat Doblô	JKO-7341	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	03	525063838	1352-8
08	Fiat Doblô	JKO-7361	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	02	526381817	1352-8
09	Fiat Doblô	MOI-7574	Doblô HLX 1.8 16V – veículo flex na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, vidros elétricos e cd player.	2008/2009	06	118971654	1240-8
10	Fiat Doblô	MNX-1821	Doblô Cargo 1.8 16V	2008/2009	06	12425955	1235-1

			veículo flex na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, vidros elétricos e cd player				
11	Fiat Doblô	OFX-5569	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567571947	1352-8
12	Fiat Doblô	OFX-5589	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567573753	1352-8
13	Fiat Doblô	OGC-5208	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567575047	1352-8
14	Fiat Doblô	OGC-5228	Doblô Essence 1.8 16V 5P – gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567575772	1352-8
15	Fiat Doblô	OGC-5248	Doblô Essence 1.8 16V 5P – gasolina/etanol (Flex), na cor branca, áulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567576493	1352-8
16	Fiat Doblô	OGC-5118	Doblô Essence 1.8 16V 5P – gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag	2013	5	567570258	1352-8

			motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.				
17	Ford Fiesta	NPU-3581	Fiesta Sedan 1.6 8V 4P – gasolina/etanol (Flex), na cor preta, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	3	507183967	3289-1
18	Ford Fiesta	OGF-7568	Fiesta Sedan 1.6 8V 4P – gasolina/etanol (Flex), na cor preta, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013/2014	2	589597191	3385-5
19	Chevrolet SPIN	QFV-9946	Chevrolet Spin LS 1.8 8V Econoflex	2016/2017	2	1108384592	4435-0
20	Chevrolet SPIN	QFV-9956	Chevrolet Spin LS 1.8 8V Econoflex	2016/2017	2	1108384843	4435-0
21	Chevrolet SPIN	QFV-9966	Chevrolet Spin LS 1.8 8V Econoflex	2016/2017	2	1108385114	4435-0
22	Chevrolet SPIN	QFV-9976	Chevrolet Spin LS 1.8 8V Econoflex	2016/2017	2	1108385319	4435-0
23	Chevrolet SPIN	QSE-3329	SPINLS(5Lug) (Econo.Flex)	2018/2019	0	117832377-0	4435-0
24	Chevrolet SPIN	QSE-3339	SPINLS(5Lug) (Econo.Flex)	2018/2019	0	1178324831	4435-0
25	Chevrolet SPIN	QSE-3299	SPINLS(5Lug) (Econo.Flex)	2018/2019	0	1178322154	4435-0
26	Citroen	OGA-9757	Jumper 2.3 Minibus médio 33M – Veículo diesel, com 16 lugares na cor branca, com direção hidráulica e ar-condicionado	2013/2014	5	554937816	011099-0
27	Ford Cargo 815	MOV-1925	Ford Cargo 816 S, combustível Diesel, com ar-condicionado, cor branca, direção hidráulica e cd player.	2008/2009	6	114500347	504086-8
28	Ford Cargo 816	QFP-6189	Ford Cargo 816 S, combustível Diesel, com ar-condicionado, cor branca, direção hidráulica e cd player.	2015	1	1069277077	504134-1
29	Volkswagen	QFB-3267	Veículo VW 8-160 3.8	2014/2015	3	1014435479	515132-

			Delivery diesel na cor branca, com baú de alumínio, PBT 8.150 toneladas, com direção hidráulica, ar-condicionado e cd player				5
30	IVECO	QSC-1240	DAILY 35S14HDGFURG	2018/2018	0	1169640238	506084-2

**CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTE**



Documento assinado eletronicamente por CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO em 20/02/2020, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MICHELLE BATISTA LIRA**  
**ANALISTA JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente por Michelle Batista Lira em 20/02/2020, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS**



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 20/02/2020, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0657484** e o código CRC **00CB2B03**.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. ° 12/2020  
(Processo SEI n. ° 0001001-55.2020.6.15.8000)**

**ANEXO II**

**DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES**

**1 – TABELA UNIFICADA**

**GRUPO 01**

<b>GRUPO</b>	<b>UND</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATSER</b>
<b>01</b>	<b>SERV</b>	<p><b>CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO TRE/PB, COMPOSTA DE 30 (TRINTA) VEÍCULOS DE DIVERSAS MARCAS, MODELOS E ANOS DE FABRICAÇÃO, TODOS EM CONDIÇÕES NORMAIS DE USO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO) E OBSERVADO O SEGUINTE:</b></p> <p>1. A empresa seguradora deverá indenizar este Tribunal pelos prejuízos causados aos veículos e seus ocupantes, independentemente de culpa do motorista, nos casos descritos nos itens a seguir:</p> <p>1.1. Acidentes de trânsito;</p> <p>1.2. Incêndio ou explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;</p> <p>1.3. Roubo ou furto, incluindo-se os danos causados por terceiros;</p> <p>1.4. Perda, quebra ou extravio das chaves dos veículos;</p> <p>1.5. Cobertura total dos vidros;</p> <p>1.6. Queda acidental em locais elevados ou em declive e de qualquer objeto externo sobre o veículo;</p> <p>1.7. Chuvas, raios e suas consequências, submersão total ou parcial do veículo em água, represada ou proveniente de enchentes ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados em subsolo.</p> <p>2. Em caso de sinistro com perda total, a seguradora deverá</p>	<b>22764 PAGAMENTO COBERTURAS SEGURO VEÍCULO</b>



		<p>indenizar o Tribunal com base no valor constante da Tabela FIPE.</p> <p>3. Serviços que serão cobertos, obrigatoriamente pela contratada:</p> <p>3.1. Remoção dos ocupantes do veículo acidentado sem restrição a limite de quilometragem;</p> <p>3.2. Despesas com hospedagem dos ocupantes, caso se encontrem fora do local de destino ou da Sede do TRE e que não possam regressar por compromissos inadiáveis, a exemplo de congressos, correições, ou, ainda, motivado pelo horário da ocorrência;</p> <p>3.3. Remoção em caso de falecimento;</p> <p>3.4. Transportes para recuperação do veículo;</p> <p>3.5. Remoção do veículo, em caso de pane ou acidente, por meio de guincho, sem limite de quilometragem.</p> <p>4. Em caso de morte ou invalidez permanente, a Seguradora deverá garantir a indenização:</p> <p>a) do motorista;</p> <p>b) dos passageiros do veículo segurado e,</p> <p>c) dos terceiros envolvidos, quando comprovada a culpa do condutor do veículo deste Regional.</p> <p>5. Franquia reduzida</p> <p>5.1. A franquia considerada não é a obrigatória, no entanto, deverá ser observado o seguinte:</p> <p>a) a franquia não deverá ser objeto exclusivo de classificação das propostas que deverão ser avaliadas especialmente em função dos preços propostos (prêmio);</p> <p>b) O Tribunal deverá pagar a franquia quando o dano for causado no seu veículo segurado e o valor do conserto ultrapassar o preço da dedução previamente estipulada, independentemente da responsabilidade do TRE/PB. O Tribunal não pagará o valor da franquia quando o dano ocorrer em veículo de terceiro.</p> <p>6. Assistência – a empresa contratada deverá oferecer assistência 24 (vinte e quatro) horas, em todo território nacional.</p> <p>7. Importância segurada: 100% dos valores constantes da Tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.</p> <p>8. O valor mínimo para cobertura:</p> <p>8.1 Colisão/Incêndio/Roubo/Furto : 100 % Valor referência Tabela FIPE;</p> <p>8.2 - Danos Materiais RCFV: R\$ 100.000,00;</p> <p>8.3 - Danos Corporais RCFV: R\$ 30.000,00;</p> <p>8.4 - Morte acidental/Invalidez permanente: R\$ 30.000,00;</p>	
--	--	--	--

**OBSERVAÇÃO:**

- 1) Havendo qualquer discordância entre a descrição do **CATSER** e a do **EDITAL**, **prevalecerá a descrição do Edital**.
- 2) Quando da apresentação da proposta deverão ser **atualizadas** as **classes de bônus** dos veículos em razão dos valores informados no **Apêndice I do Anexo I**.

João Pessoa (PB),      de      de 2020.

**Andreza Alves Gomes**  
**Pregoeira**

## 2.0 – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

### GRUPO 01

Seq .	Marca / Modelo	Placa	Especificações	Ano/ Modelo de fabricação	Classe Bônus Apólice Atual	Renavam	Código Tabela FIPE	Valor da Franquia (R\$)	Valor do Prêmio (R\$)
01	Ford Focus SEDAN	OFX-4030	Focus Sedan GLX 2.0 16V 4P, na cor preta, a gasolina/etanol (Flex),com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player	2012/2013	03	500476888	3225-5		
02	Ford Focus SEDAN	OFX-4020	Focus Sedan GLX 2.0 16V 4P, na cor preta, a gasolina/etanol (Flex),com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player	2012/2013	03	500476357	3225-5		
03	Ford	OGD-6214	Ranger XLS C.D. 3.2 – veículo a diesel(S10 ou S50) na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, vidros elétricos e cd playe	2013/2013	04	542548526	3364-2		
04	Ford	NPV-0572	Ranger XLT C.D. 3.0 – veículo a diesel na cor branca, com direção hidráulica, ar condicionado, vidros	2011/2012	05	46226818	3296-4		

			elétricos e cd player						
05	Volksw agen	MOI- 7544	Voyage 1.6 MI 8V – veículo Flex na cor preta, com direção hidráulica, ar- condicionado, vidros elétricos e cd playe	2008/2009	06	1189725 96	5282-5		
06	Fiat Doblô	JKO- 7331	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	02	5250559 67	1352-8		
07	Fiat Doblô	JKO- 7341	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	03	5250638 38	1352-8		
08	Fiat Doblô	JKO- 7361	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	02	5263818 17	1352-8		
09	Fiat Doblô	MOI- 7574	Doblô HLX 1.8 16V – veículo flex na cor branca, com direção hidráulica, ar- condicionado, vidros elétricos e cd player.	2008/2009	06	1189716 54	1240-8		

10	Fiat Doblô	MNX-1821	Doblô Cargo 1.8 16V veículo flex na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, vidros elétricos e cd player	2008/2009	06	12425955	1235-1		
11	Fiat Doblô	OFX-5569	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567571947	1352-8		
12	Fiat Doblô	OFX-5589	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567573753	1352-8		
13	Fiat Doblô	OGC-5208	Doblô Essence 1.8 16V 5P – a gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567575047	1352-8		
14	Fiat Doblô	OGC-5228	Doblô Essence 1.8 16V 5P – gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567575772	1352-8		

15	Fiat Doblô	OGC-5248	Doblô Essence 1.8 16V 5P – gasolina/etanol (Flex), na cor branca, áulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567576493	1352-8		
16	Fiat Doblô	OGC-5118	Doblô Essence 1.8 16V 5P – gasolina/etanol (Flex), na cor branca, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	5	567570258	1352-8		
17	Ford Fiesta	NPU-3581	Fiesta Sedan 1.6 8V 4P – gasolina/etanol (Flex), na cor preta, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013	3	507183967	3289-1		
18	Ford Fiesta	OGF-7568	Fiesta Sedan 1.6 8V 4P – gasolina/etanol (Flex), na cor preta, com direção hidráulica, ar-condicionado, air bag motorista e passageiro, vidros elétricos e cd player.	2013/2014	2	589597191	3385-5		
19	Chevrolet SPIN	QFV-9946	Chevrolet Spin LS 1.8 8V Econoflex	2016/2017	2	1108384592	4435-0		
20	Chevrolet SPIN	QFV-9956	Chevrolet Spin LS 1.8 8V Econoflex	2016/2017	2	1108384843	4435-0		

21	Chevrolet SPIN	QFV-9966	Chevrolet Spin LS 1.8 8V Econoflex	2016/2017	2	1108385114	4435-0		
22	Chevrolet SPIN	QFV-9976	Chevrolet Spin LS 1.8 8V Econoflex	2016/2017	2	1108385319	4435-0		
23	Chevrolet SPIN	QSE-3329	SPINLS(5Lug) (Econo.Flex)	2018/2019	0	117832377-0	4435-0		
24	Chevrolet SPIN	QSE-3339	SPINLS(5Lug) (Econo.Flex)	2018/2019	0	1178324831	4435-0		
25	Chevrolet SPIN	QSE-3299	SPINLS(5Lug) (Econo.Flex)	2018/2019	0	1178322154	4435-0		
26	Citroen	OGA-9757	Jumper 2.3 Minibus médio 33M – Veículo diesel, com 16 lugares na cor branca, com direção hidráulica e ar-condicionado	2013/2014	5	554937816	011099-0		
27	Ford Cargo 815	MOV-1925	Ford Cargo 816 S, combustível Diesel, com ar-condicionado, cor branca, direção hidráulica e cd player.	2008/2009	6	114500347	504086-8		
28	Ford Cargo 816	QFP-6189	Ford Cargo 816 S, combustível Diesel, com ar-condicionado, cor branca, direção hidráulica e cd player.	2015	1	1069277077	504134-1		
29	Volkswagen	QFB-3267	Veículo VW 8-160 3.8 Delivery diesel na cor branca, com baú de	2014/2015	3	1014435479	515132-5		

			alumínio, PBT 8.150 toneladas, com direção hidráulica, ar-condicionado e cd player						
30	IVECO	QSC-1240	DAILY 35S14HDFURG	2018/2018	0	1169640238	506084-2		
<b>VALOR TOTAL DO PRÊMIO (R\$)</b>									

João Pessoa (PB), 20 de maio de 2020.

**Andreza Alves Gomes**  
Pregoeira





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. ° 12/2020  
(Processo SEI n. ° 0001001-55.2020.6.15.8000)**

**ANEXO III**

**MINUTA CONTRATUAL**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

**MINUTA - SECONT****CONTRATO Nº XX/2020 - TRE/PB**

Processo SEI nº 0001001-55.2020.6.15.8000

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte, compareceram, de um lado, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, CNPJ Nº 06.017.798/0001-60, com foro na cidade de João Pessoa, situado na Av. Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, Estado da Paraíba, CEP 58.020-911, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, **RANULFO LACET VIEGAS DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, RG nº 357.161 – SSP/PB, CPF nº 150.367.155-00, doravante designado **CONTRATANTE** ou simplesmente **TRE/PB** e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ - SSP/\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, daqui por diante designada **CONTRATADA**, que têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 10.024/2019 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente contrato tem como objeto a prestação do **SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO** para 30 (trinta) veículos da frota do Tribunal, de diferentes marcas e modelos, todos em condições normais de uso, a ser realizado de acordo com o especificado neste instrumento e no Termo de Referência nº 04/2020 – SETRAN, Anexo I do Pregão Eletrônico nº 12/2020, que passa a fazer parte integrante deste ajuste, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 - O serviço objeto deste contrato será realizado por execução indireta, no regime de empreitada por preço global, de acordo com o estabelecido no Pregão Eletrônico nº 12/2020 – TRE/PB e seus anexos, bem como na proposta da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

3.1 - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) promover, através do Gestor designado pela administração, o acompanhamento e a fiscalização do serviço contratado, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- b) fornecer à CONTRATADA todas as informações importantes e pertinentes ao contrato, em tempo hábil, sem qualquer forma de reserva ou censura;
- c) proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades necessárias ao bom cumprimento das obrigações ajustadas;
- d) comunicar à CONTRATADA formal e imediatamente problemas ou dificuldades relacionadas à prestação do serviço contratado;
- e) arcar com as despesas de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, nos termos do art. 20, do Decreto nº 3555, de 08/08/2000;
- f) utilizar, no acompanhamento da execução contratual, um livro específico para o registro das eventuais ocorrências ou outro instrumento hábil (e-mail, notificações etc.), desde que preserve o histórico dos acontecimentos para futura análise por parte do Tribunal;
- g) observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
- h) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas no presente contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

4.1 - A gestão do presente contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas de acordo com o estabelecido na Portaria nº 18/2018 - SAO/DG, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

4.2 - A critério do **TRE/PB**, a gestão e a fiscalização do contrato poderá ser atribuída a um mesmo servidor.

4.3 - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços ajustados, diretamente ou por prepostos designados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caberá ao **Gestor** do contrato, subsidiado pelo Fiscal:

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018 – SAO/DG;
- b) anotar de forma clara, transparente e organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- c) comunicar à Secretaria de Administração e Orçamento do Tribunal, **de imediato**, todo e qualquer descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações passíveis de rescisão

contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) observar o que estabelece o art. 3º, XI, da sobredita portaria.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caberá ao **Fiscal** do Contrato:

a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018 – SAO/DG;

b) acompanhar, "*in loco*", a execução do contrato, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento visando à aplicação de sanção contratual;

c) recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar o desfazimento, o ajuste ou a correção;

d) comunicar à CONTRATADA, mediante correspondência com comprovante de recebimento a ser juntado aos autos, eventuais irregularidades na execução contratual, estabelecendo prazo para solução.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 - A CONTRATADA se obriga a:

a) prestar o serviço contratado em plena conformidade com o estabelecido neste instrumento e no Termo de Referência nº 04/2020 – SETRAN, Anexo I do Pregão Eletrônico nº 12/2020 TRE-PB;

**b) emitir as apólices dos seguros com o prazo de cobertura de 01 (um) ano, iniciando-se a partir da 00h do dia \_\_/\_\_/2020 até as 24 horas do dia \_\_/\_\_/2021;**

c) entregar as apólices dos seguros objeto deste contrato na SETRAN (Seção de Transportes), localizada no 3ª andar do Edifício-Sede do TRE/PB, situada na Av. Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, nessa Capital, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da assinatura do presente instrumento;

d) em caso de sinistro, prestar toda a assistência devida e necessária ao TRE/PB e aos terceiros envolvidos no acidente, imediatamente após o chamado do CONTRATANTE;

e) em caso de pane, prestar toda a assistência devida;

f) manter uma central de atendimento destinada a atender aos chamados do CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

g) manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições exigidas para a contratação;

h) não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação do serviço contratado, sem prévia autorização do Tribunal;

i) manter, durante toda a vigência do contrato, equipe técnica em quantidade e qualidade de recursos humanos suficientes à prestação do serviço contratado;

j) acatar todas as normas da legislação federal, estadual e municipal, que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual;

k) indicar um representante para ser o interlocutor, junto ao CONTRATANTE, das questões relacionadas à execução do serviço contratado;

l) apresentar, junto com a NOTA FISCAL/FATURA do serviço, prova da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com as Fazendas Municipal e Federal, sendo esta através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a prova de

inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), **caso estes documentos não estejam disponíveis no SICAF e no sítio da Justiça do Trabalho;**

m) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

n) responder pelos danos causados ao TRE-PB ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do serviço contratado;

o) responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outros, ainda que não previstos no contrato, resultante da execução do objeto deste ajuste;

p) indenizar qualquer dano ou prejuízo causado ao Tribunal, ainda que involuntariamente, por seus funcionários ou pela omissão dos mesmos no desempenho de suas tarefas;

q) responder pelo extravio de qualquer bem do TRE/PB, quando apurada em processo administrativo sua responsabilidade, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

r) fazer, quando solicitado pelo Gestor do contrato, os ajustes necessários ao fiel cumprimento do serviço contratado;

s) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES PARTICULARES**

6.1 - O CONTRATANTE não se responsabilizará por quaisquer serviços que venham a ser executados pela CONTRATADA sem que tenha sido previsto neste contrato ou fora da sua vigência;

6.2 - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE, desde já, de forma irrevogável e irretratável, a compensar dos créditos futuros que venha a ter em face da prestação do serviço objeto do presente contrato os danos ou prejuízos causados ao TRE/PB, nos termos do art. 368 e seguintes do Código Civil;

**6.3 - O serviço constante da CLÁUSULA PRIMEIRA será, excepcionalmente, para efeito de liquidação da despesa, recebido antecipadamente;**

6.4 - Havendo divergência entre o contrato e o termo de referência, prevalecerá o constante no Termo de Referência;

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO**

7.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do serviço contratado, o valor de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1 - O pagamento do serviço, **a ser realizado de forma antecipada**, será efetuado através de OBC – Ordem Bancária de Crédito, OBB – Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou 20 (vinte) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme o valor da contratação seja inferior ou superior, respectivamente ao limite previsto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da mesma Lei;

8.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras relativo ao serviço deverá ser apresentado no Protocolo Geral do TRE/PB, acompanhado da declaração de conta-corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente;

8.1.2 - A comprovação da regularidade fiscal, para o pagamento, será verificada por meio do SICAF e do sítio da Justiça do Trabalho;

8.1.2.1 - Na impossibilidade de o CONTRATANTE ter acesso ao SICAF e/ou ao sítio da Justiça do Trabalho, a comprovação da regularidade fiscal deverá ser realizada mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da documentação descrita no item 5.1, "t", da CLÁUSULA QUINTA.

8.1.3 - A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso;

8.1.3.1 - O Contratante se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do gestor do contrato, este verificar que o serviço foi executado em desacordo com o especificado no ajuste;

8.1.3.2 - Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal/fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

8.1.3.3 - O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

8.2 - Caso a CONTRATADA tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração;

8.3 - Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

**onde:**

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

8.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade, nos termos do art. 86, caput e §2º e §3º e/ou art. 87, §1º, da Lei nº 8.666/93, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

## **CLÁUSULA NONA – DA DEVOLUÇÃO DO VALOR**

9.1 - Fica a CONTRATADA obrigada a devolver, devidamente atualizado, o valor correspondente à parcela do serviço pago e não adimplido, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, nas hipóteses de inexecução parcial ou total do presente contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA BONIFICAÇÃO**

10.1 - No caso de prorrogação do ajuste, a CONTRATADA deverá oferecer e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e da Proposta apresentada pela empresa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

11.1 - O presente contrato terá vigência de 12 meses a partir da data de sua última assinatura eletrônica.

11.1.1 - O prazo de cobertura do seguro deverá iniciar-se a partir das 00h hora do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020 até as 24 horas do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

11.2 - Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº 8.666/93, a vigência poderá ser prorrogada por períodos iguais e sucessivos, até o limite de sessenta meses.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

12.1 - O contrato poderá ser alterado nos casos e condições previstos na seção III, do capítulo III da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 - A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Programa de Trabalho \_\_\_\_\_, Elemento de Despesa 339039, Plano Interno AOSA SEGURO, alocados no orçamento deste Tribunal para o exercício 2020.

## **PARÁGRAFO ÚNICO**

Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho nº 2018NE000\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020, à conta da dotação especificada nesta cláusula.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES E DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA**

14.1 - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

14.2 - Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 14.3 e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019.

14.3 - Com fundamento no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos,

sem prejuízo das demais cominações legais de **multa compensatória** de até 30% (trinta por cento) no caso de inexecução total, sobre o valor total estimado do contrato, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, a Contratada que:

- 14.3.1 - apresentar documentação falsa;
- 14.3.2 - causar o atraso na execução do objeto;
- 14.3.3 - falhar na execução do contrato;
- 14.3.4 - fraudar a execução do contrato;
- 14.3.5 - comportar-se de modo inidôneo;
- 14.3.6 - declarar informações falsas; e
- 14.3.7 - cometer fraude fiscal.

14.4 - Para os fins do item 14.3.8, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

14.5 - A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

14.5.1 - **multa moratória** de:

14.5.1.1 - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia sobre o valor total do estimado contrato em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

14.5.1.2 - Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação de **multa compensatória**, prevista no item 14.3, sem prejuízo da aplicação da **multa moratória** limitada 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total estimado da contratação, oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

14.6 - As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 14.1.

14.7 - Apenas a aplicação das multas compensatória e moratória **não** necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação;

14.8 - As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

14.9 - A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

14.10 - O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

14.11 - O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

14.12 - As penalidades estabelecidas nestas cláusulas deverão ser registradas no SICAF.

14.13 - As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO**

15.1 - O contrato poderá ser rescindido nos casos e condições previstos na seção V, do capítulo III, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REVISÃO**

16.1 - Na hipótese de prorrogação do contrato, será permitida a revisão dos valores do contrato, tendo em vista o índice de sinistralidade e outros fatores imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que incidem no cálculo do valor do prêmio, hipótese em que será encaminhado, ao contratante, proposta de prorrogação, quando solicitado, com os novos valores do prêmio, levando-se em consideração as bonificações adquiridas no período, nos termos da legislação da SUSEP.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

16.1 - O presente Contrato tem apoio legal no Pregão Eletrônico nº 12/2020 TRE/PB (Processo SEI nº 0001001-55.2020.6.15.8000) e reger-se-á por suas cláusulas e pelos termos da proposta firma vencedora, bem como pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 1.024/2019 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17.1 - Para dirimir questões deste Contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado e assinado eletronicamente pelas partes e seu extrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3.

**JAILTON CALDEIRA BRANT**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE CONTRATOS**



Documento assinado eletronicamente por JAILTON CALDEIRA BRANT em 27/04/2020, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0706647** e o código CRC **26B0B918**.

**PREGÃO ELETRÔNICO N. ° 12/2020**  
**(Processo SEI n. ° 0001001-55.2020.6.15.8000)**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO  
DISPOSTO NO ART. 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07 DO CNJ**

**DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARO, para fins do disposto no art 3º da Resolução do CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, com a nova redação que lhe foi dada pela Resolução do CNJ nº 09 do CNJ e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea “a” do Enunciado Administrativo nº 01, que a nossa empresa não tem e nem irá contratar *DIRETORES* e *OCUPANTES DE FUNÇÃO DE GESTÃO DA EMPRESA*, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PB, durante o período de vigência do contrato decorrente deste certame.**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. ° 12/2020**  
**(Processo SEI n. ° 0001001-55.2020.6.15.8000)**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO  
DISPOSTO NO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ**

***DECLARAÇÃO***

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARO, para fins do disposto no artigo 4º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012 do CNJ, que a nossa empresa não colocará empregados para o exercício de funções de chefia que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da mencionada Resolução, devendo tal condição ser mantida durante todo o contrato.**